

## Assinatura do ACT consolidada campanha vitoriosa

A FUP e seus sindicatos concluíram nesta última semana uma das mais emblemáticas campanhas reivindicatórias dos últimos anos, com conquistas significativas, após uma greve de sete dias. O acordo conquistado, que teve mais de 80% de aceitação da categoria, foi assinado no dia 28 pelo coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, pela presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster, e pelo gerente geral de Recursos Humanos, Antônio Sérgio Oliveira Santana.

Além de um ganho real médio de 2,07%, o ACT resolve questões estruturais da categoria, garantindo o fundo garantidor para os trabalhadores terceirizados, a isonomia dos três níveis pela qual os aposentados e pensionistas lutam há quase dez anos, horas extras a 100% para o administrativo, a reestruturação



do benefício farmácia, a implementação dos auxílios refeição e alimentação, a extensão do programa universitário para todos os cursos, o avanço automático de pleno para sênior nas carreiras de nível médio, o restabelecimento das dobradinhas de todos os feriados nacionais laicos, a implementação da AMS para os aposentados e pensionis-

tas da Transpetro e Petrobrás Biocombustível, entre tantas outras conquistas.

A FUP e seus sindicatos continuam buscando através do processo permanente de negociação com a Petrobrás e subsidiárias uma nova política de SMS, o regimento das PLRs futuras (no próximo dia 4, haverá mais uma reunião com a empresa), um acordo nacional de regimes e jornadas para as paradas de manutenção, o atendimento das pendências

relacionadas à AMS e Petros, a revisão das carreiras de nível médio, a recomposição dos efetivos próprios, o adicional de periculosidade para as unidades operacionais, medidas efetivas de combate aos assédios moral e sexual, melhores condições de trabalho para os terceirizados, entre outras reivindicações que seguem norteando as lutas da categoria.

## Intensificar a luta para barrar o PL 4330

*Projeto que escancara a terceirização para as atividades-fim, reduzindo direitos, pode entrar em votação a qualquer instante*

Respaldados pela conquista do fundo garantidor para os trabalhadores terceirizados, a FUP e seus sindicatos intensificam a luta para barrar o Projeto de Lei 4330, que pode voltar a qualquer instante à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados Federais (CCJC). O compromisso que as lideranças parlamentares assumiram com as centrais sindicais é de que o PL seja votado no plenário e não na CCJC, onde a correlação de forças é desfavorável aos trabalhadores. No entanto, a

CUT e outras centrais sindicais seguem em alerta, mobilizadas para evitar que o projeto retorne à Comissão.

A orientação é de que as categorias reforcem a pressão em cima dos deputados, enviando e-mails e se mobilizando nos estados e em Brasília. Na quarta-feira, 30, as militâncias participaram de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, condenando veementemente o PL 4330, que, sob o pretexto de regulamentação da terceirização, ataca direitos e escancara a

precarização. O projeto permite que todas as atividades-fim sejam terceirizadas e acaba com a responsabilidade solidária das empresas contratantes.

“Estão alterando a legislação do trabalho no Brasil com quinze artigos que nos iludem e quatro que destroem tudo o que já foi construído em termos de garantias para os trabalhadores”, alertou o diretor legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Fabrício Nogueira, na audiência pública na Alesp.

# Sindipetro-MG comemora meio século de lutas e conquistas

Neste sábado, 02, o Sindipetro-MG comemora cinquenta anos de existência, resgatando uma trajetória de lutas e resistência. Os trabalhadores e militantes, protagonistas dessa história, serão os homenageados do sindicato, em uma grande festa, que reunirá antigas e atuais gerações do movimento sindical mineiro, no Clube Labareda, em Belo Horizonte.

O Sindipetro-MG foi criado em agosto de 1963, em meio aos ataques da direita contra o governo João Goulart. Após o golpe militar, em 1964, diversos petroleiros e dirigentes sindicais mineiros foram cassados, presos, torturados, exilados e até mortos. O Sindipetro, apesar da repressão e mantendo-se quase que na clandestinidade, continuou firme, organizando a categoria em Minas Gerais.

Após uma longa luta pela reintegração dos pe-



treiros anistiados, que foram cassados e demitidos pelo regime militar, o Sindipetro-MG cerrou fileiras pela redemocratização do país, pela retomada dos direitos da categoria e pelo combate

às privatizações das eras Collor e FHC. Após as greves de 1994 e 1995, o sindicato resistiu novamente às demissões, truculências e arbitrariedades, desta vez em pleno regime democrático.

“Após a eleição de Lula, nosso sindicato, fruto da organização nacional da categoria, através da FUP, mobilizando os trabalhadores, começou a refazer tudo que foi destruído desde a ditadura militar até o fim do governo FHC. Foram inúmeras conquistas nessa última década, tanto para a ativa, quanto para os aposentados”, ressalta o coordenador do sindicato, Leopoldino Martins.

A FUP parabeniza todos os petroleiros mineiros por esses 50 anos de luta e resistência, que são a marca da nossa categoria e só reforçam a importância de uma organização sindical classista.

## Centrais voltam às ruas para cobrar fim do fator previdenciário

A CUT, CTB, UGT, Força Sindical e Nova Central preparam uma manifestação conjunta para o dia 12 de novembro, com paralisações e protestos em São Paulo pelo fim do fator previdenciário. Os trabalhadores querem que o governo apresente uma proposta alternativa, em resposta às negociações que vêm sendo travadas pelas centrais sindicais com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. O último encontro entre as partes, que também teve a participação dos ministros do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, ocorreu em 21 de agosto, quando foi definido prazo de 60 dias para conclusão dos debates sobre o assunto.

“Estamos apostando que até o dia 12 o governo apresentará uma proposta alternativa

para ser apreciada, porque esse foi o compromisso e estamos abertos para discussões”, afirma o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre. As centrais sindicais já haviam apresentado ao governo uma alternativa para substituição do fator previdenciário, com a adoção da fórmula 85/95. A proposta utiliza dois parâmetros para garantir a aposentadoria com benefício integral: a soma da idade e do tempo de serviço deve ser igual a 85 para mulheres (com no mínimo 30 anos de recolhimento) e 95 para homens (pelo menos 35 anos de recolhimento).

Por conta da reforma previdenciária realizada em 1998 pelo então presidente FHC (PSDB), o trabalhador brasileiro passou a amargar os prejuízos impostos pelo fator previdenciário, que reduz o valor do bene-

fício para quem se aposentar por tempo de contribuição antes dos 65 anos (no caso dos homens) ou dos 60 anos (no caso das mulheres). Desde então, o movimento sindical vem travando uma árdua luta para derrubar essa imposição e sepultar uma das piores heranças do governo tucano.

No dia 26 de novembro, o fim do fator previdenciário será novamente uma das pautas da grande mobilização das centrais, que pretende reunir 10 mil trabalhadores, em Brasília. O ato reforçará a agenda aprovada em julho de 2010, durante a 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que engloba também o combate à terceirização (e fim do PL 4330), reajuste das aposentadorias, valorização do trabalho com igualdade e inclusão social, além da redução da jornada, sem redução dos salários.

## Lei argentina democratiza a comunicação. Um exemplo para o Brasil

Após mais de quatro anos de disputa, a Lei de Meios argentina passou a valer integralmente. Na última terça-feira, 29, a Corte Suprema de Justiça pôs um ponto final na controvérsia em torno da constitucionalidade da Lei, que regulamenta os serviços de comunicação audiovisual no país. A legislação foi aprovada em 2009 pelo Congresso, mas foi parcialmente freada por um recurso do Grupo Clarín, que contestou quatro dos 166 artigos da lei.

A máxima instância da Justiça argentina, finalmente, declarou constitucionais todos os artigos questionados pelo grupo, que, sozinho, detém 240 licenças para TV a cabo, nove para rádios AM, uma para FM e quatro para TV aberta. Isso sem contar os demais negócios do

Clarín na indústria de comunicação. “Era essa concentração que eles não queriam abrir mão. Por isso insistiram o quanto puderam na retirada dos quatro artigos”, explica o jornalista brasileiro, Laurindo Leal Filho.

Apesar da lei argentina só regulamentar o setor de audiovisual, já é um grande avanço para o país, onde o monopólio midiático, assim como aqui, atua como um quarto poder, atendendo basicamente aos interesses das elites. “Vozes antes silenciadas passaram a falar e a serem ouvidas, como a comunidade Mapuche de Bariloche, que conta agora com um canal de televisão. Prefeituras, escolas e universidades obtiveram o direito de operar concessões de rádio e já existe cerca de 500 solicitações para instalação de emissoras de baixa potência em zo-

nas de alta vulnerabilidade”, destaca Laurindo Filho.

“Precisamos, urgentemente, de uma Lei similar à que foi aprovada na Argentina. E que fique muito claro que defender o fim dos monopólios não é defender a volta da censura, como afirmam os donos dos grandes grupos de comunicação. Não queremos normatizar o conteúdo da mídia e, sim, o negócio”, ressalta o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas. “Não podemos admitir é que apenas algumas famílias sejam donas, ao mesmo tempo, de jornais impressos, emissoras de rádio e TV, portais de internet, cabos de transmissão. O governo brasileiro e o Congresso Nacional têm obrigação de regular a mídia no país”, afirma o sindicalista.

**Edição 1111 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)**

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Mário, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,